



ESTADO DE MINAS GERAIS

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

URFBio Triângulo- Núcleo de Regularização e Controle Ambiental

AUTORIZAÇÃO

AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nº DO DOCUMENTO: 2100.01.0021191/2025-46

O Supervisor Regional da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade **Triângulo**, no uso de suas atribuições, com base no inciso I do parágrafo único do art. 38 do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020, concede ao requerente abaixo relacionado a **AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL** em conformidade com normas ambientais vigentes. Certificado emitido eletronicamente.

TIPO DE REQUERIMENTO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL	NÚMERO DO DOCUMENTO	UNIDADE DO SISEMA RESPONSÁVEL PELO PROCESSO
Corte de árvores isoladas nativas vivas em meio rural - procedimento convencional	2100.01.0021191/2025-46	NAR - ITUIUTUBA
1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL		
Nome: Lisa Bianca Silveira Brunelli		CPF/CNPJ: 115.079.658-85
Endereço: Avenida Raul Furquim, nº 269		Bairro: Centro
Município: Bebedouro	UF: SP	CEP: 14.701-300
2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL		
Nome: Lisa Bianca Silveira Brunelli		CPF/CNPJ: 115.079.658-85
Endereço: Avenida Raul Furquim, nº 269		Bairro: Centro
Município: Bebedouro	UF: SP	CEP: 14.701-300
3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL		
Denominação: Fazenda Degredo		Área Total (ha): 219,9250
Registro nº: 4.073		Município/UF: Santa Vitória/MG
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3159803-B09D.A9A6.0B28.4970.A552.C3EA.6BD9.8D23		
4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL AUTORIZADA		
Tipo de Intervenção	Quantidade	Un
Corte de árvores isoladas nativas vivas em meio rural	23	Unidades
5. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA		
Uso a ser dado à área	Especificação	Área (ha)
Agricultura	Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e	204,3434

				cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura	
6. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA(s) ÁREA(s) AUTORIZADA (s) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL					
Biotoma/Transição entre Biotomas	Área (ha)	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional, quando couber	Área (ha)	
Mata Atlântica	204,3434	Outros - árvores isoladas		204,3434	
Total:	204,3434		Total:	204,3434	
7. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO					
Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade		
Lenha de floresta nativa		23,76	m³		
Madeira de floresta nativa	Produto	Nome Científico	Nome Popular	Volume	m³
	Tora	<i>Myracrodruon urundeuva</i>	Aroeira	0,0215	
	Tora	<i>Handroanthus impetiginosus</i>	Ipê-roxo	9,25	
8. RESPONSÁVEL (is) PELO PARECER TÉCNICO (nome e MASP) E DATA DA VISTORIA					
José Maria Castro Júnior MASP: 102.0806-4					
Mauro Moreira de Queiroz - CPF: 044.984.666-08					
Data da Vistoria: 10/07/2025					
9. VALIDADE					
Data de Emissão: 28/07/2025			Observações:		
Validade: De acordo com a Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017 esta autorização só produzirá efeitos de posse do Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS) e sua validade será definida conforme a licença ambiental.			ESTE DOCUMENTO SÓ É VÁLIDO QUANDO ACOMPANHADO DA PLANTA TOPOGRÁFICA OU CROQUI DA PROPRIEDADE CONTENDO A LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO, DA RESERVA LEGAL E APP.		
10. COORDENADA PLANA DA ÁREA AUTORIZADA					
	Tipo de intervenção	Datum	Fuso	Coordenada Planta (UTM)	
				X	Y
	Corte de árvores isoladas nativas vivas em meio rural	Sirgas2000	22K	548.022	7.881.290
11. MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS (se necessário utilizar folha anexa)					
Executar o Projeto Técnico de Recuperação da Flora (PTRF) apresentado anexo ao processo, em área de 0,03ha, na Fazenda Beira Rio, matrículas 35.536 do CRI de Limeira do Oeste, tendo como coordenadas de referência 531.443 x; 7.875.027 y (UTM,22K), com plantio de 10 mudas de pequi e 40 de ipê amarelo como medida compensatória nos termos da Lei 20.308/12					
Apresentar relatório técnico fotográfico anualmente pelo período de 5 (cinco) anos comprovando o desenvolvimento do PTRF acompanhado por ART					
12. OBSERVAÇÃO					
Dentre as 23 árvores autorizadas estão 2 pequis e 8 ipês amarelo que são passíveis de autorização nos termos da Lei 10.883/1992, artigo 2º, inciso III e Lei 9.743/1988, artigo 2º, inciso III					
Comprovado o recolhimento junto ao Pró pequi de R\$ 553,10, valor equivalente a 100 Ufemgs como medida compensatória pela supressão de 1 pequi nos termos da Lei 10.883/1992, artigo 2º, § 2º, inciso I, alínea b					

Esta autorização não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças ou autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Declaro estar ciente das obrigações assumidas através deste documento e declaro ainda ter conhecimento de que a não comprovação do uso alternativo do solo no curso do ano agrícola acarretará no pagamento de multa e implementação de medidas mitigadoras ou compensatórias de reparação ambiental, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Luiz Mamede, Chefe Regional**, em 28/07/2025, às 09:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **118821659** e o código CRC **59145C46**.